

C U R S O

# ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR E DA LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

ETAPAS TÉCNICAS E ATUAÇÃO DOS  
PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

**16, 17, 18 E 19 DE JUNHO**  
**CURTIBA - PR**

Hotel Granville  
Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro

## Objetivo Geral

O objetivo geral do curso consiste em capacitar tecnicamente agentes públicos municipais para compreender, estruturar e conduzir o processo de atualização do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a partir de uma leitura integrada dos aspectos constitucionais e legais que regem a política urbana. Busca-se promover uma formação que ultrapasse a dimensão formal da legislação, permitindo a compreensão do planejamento urbano como instrumento estratégico de organização territorial, gestão pública e ordenamento do crescimento municipal.

Pretende-se desenvolver nos participantes a capacidade de interpretar e aplicar, de forma sistemática, as diretrizes que orientam o planejamento urbano, compreendendo sua incidência direta na formulação, revisão e consolidação das normas urbanísticas municipais. O objetivo envolve a internalização dos princípios estruturantes da política urbana, com ênfase na função social da cidade, na organização do território e na necessidade de compatibilização entre crescimento urbano e capacidade de suporte municipal.

O curso busca ainda proporcionar domínio técnico sobre os instrumentos de leitura e organização do território, incluindo sistemas de informações, georreferenciamento, setorização e zoneamento, de modo que os participantes possam compreender a relação entre dados territoriais e formulação normativa. Essa compreensão é essencial para garantir que a atualização do Plano Diretor não seja conduzida de forma abstrata, mas baseada em diagnósticos consistentes e alinhados à realidade municipal.

Outro objetivo central é qualificar os participantes para atuar nas etapas de elaboração e revisão do Plano Diretor no âmbito do Poder Executivo, compreendendo a organização institucional do processo, a estruturação de equipes técnicas e a condução de estudos necessários à consolidação das propostas. Busca-se também fornecer elementos para a adequada contratação de apoio técnico especializado, assegurando controle e qualidade técnica sobre os produtos desenvolvidos.

No âmbito do Poder Legislativo, o objetivo geral contempla o fortalecimento da atuação técnica dos vereadores e servidores durante a tramitação do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, promovendo a compreensão das etapas procedimentais, da atuação das comissões permanentes e da importância das audiências públicas. Pretende-se garantir que o processo legislativo seja conduzido com rigor técnico, respeito à legalidade e coerência com os estudos que fundamentaram a proposta normativa.

Adicionalmente, busca-se desenvolver a capacidade de análise quanto à compatibilização entre planejamento urbano e desenvolvimento econômico, permitindo compreender os limites e possibilidades da simplificação regulatória no ordenamento territorial. O objetivo é assegurar que a organização do uso do solo seja realizada de forma equilibrada, sem comprometer a estrutura urbana e a funcionalidade do município.

O curso também objetiva preparar os participantes para identificar e corrigir fragilidades decorrentes de planos diretores desatualizados, analisando seus impactos sobre a expansão urbana, a organização territorial e a execução das políticas públicas municipais. A proposta é desenvolver uma visão técnica voltada à prevenção de inconsistências normativas e à construção de soluções adequadas à realidade administrativa e territorial de cada município.

Desta forma, o objetivo geral consiste em promover a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, permitindo que os participantes elaborem diretrizes concretas para a atualização do Plano Diretor e da legislação urbanística local. Busca-se consolidar uma atuação institucional qualificada, orientada por critérios técnicos, constitucionais e legais, capaz de fortalecer a governança urbana e assegurar maior eficiência na organização e no desenvolvimento dos municípios.

## Cronograma

**16/06/2026 - Terça-feira | 13:00 às 14:00**

**CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES**

**16/06/2026 - Terça-feira | 14:00 às 17:00**

**MÓDULO I | FUNDAMENTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS DO PLANO DIRETOR**

- Política urbana na Constituição Federal (arts. 30, VIII, 182 e 183)
- Lei Federal nº 10.257/2001 e suas diretrizes gerais
- Obrigatoriedade do Plano Diretor e hipóteses legais
- Revisão periódica obrigatória do Plano Diretor
- Função social da cidade e da propriedade
- Princípios da política urbana (gestão democrática, sustentabilidade, ordenamento territorial)
- Estrutura normativa urbanística municipal
- Integração entre Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e Código de Posturas
- Princípio da unicidade e coerência do sistema urbanístico
- Plano Diretor como instrumento central do planejamento urbano

**17/06/2026 - Quarta-feira | 08:30 às 12:00**

## **MÓDULO II | DIAGNÓSTICO TERRITORIAL E BASES TÉCNICAS DO PLANEJAMENTO URBANO**

- Participação do Município como ente promotor da regularização
- Levantamento técnico do território municipal
- Sistema de informações urbanas e territoriais
- Planta geográfica do município
- Sistema de georreferenciamento aplicado ao planejamento urbano
- Setorização territorial e macrozoneamento
- Zoneamento urbano e zoneamento econômico
- Integração entre área urbana e área rural
- Relação entre uso do solo, mobilidade, habitação e infraestrutura
- Planta Genérica de Valores do IPTU e ordenamento territorial
- Desenvolvimento econômico municipal vinculado ao planejamento urbano
- Lei Federal nº 6.766/1979 e sua aplicação no planejamento
- Organização e leitura técnica do território municipal

**17/06/2026 - Quarta-feira | 14:00 às 17:00**

## **MÓDULO III | PARCELAMENTO DO SOLO E EXPANSÃO URBANA NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL**

- Fundamentos jurídicos do parcelamento do solo urbano
- Aplicação da Lei Federal nº 6.766/1979 no contexto municipal
- Loteamento e desmembramento: conceitos, requisitos e diferenças técnicas
- Definição de áreas urbanas, de expansão urbana e de urbanização específica
- Integração entre parcelamento do solo e Plano Diretor
- Planejamento e controle da expansão urbana municipal
- Infraestrutura urbana e exigências para aprovação de parcelamentos
- Impactos do crescimento urbano e organização territorial do município

**18/06/2026 - Quinta-feira | 08:30 às 12:00**

## **MÓDULO IV | ATUAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO NA TRAMITAÇÃO DO PLANO DIRETOR**

- Protocolo e leitura do projeto na Câmara Municipal
- Distribuição às comissões permanentes
- Análise pela Comissão de Constituição e Justiça
- Análise pelas comissões temáticas (urbanismo, obras, meio ambiente, finanças)
- Função do vereador na análise técnica e legislativa
- Audiências públicas obrigatórias no processo legislativo
- Participação popular e publicidade dos atos
- Análise e limites das emendas parlamentares
- Compatibilização entre texto legal e anexos técnicos
- Princípios da legalidade, publicidade e transparência
- Votação em plenário
- Aprovação do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo
- Prevenção de vícios formais e nulidades legislativas

**18/06/2026 - Quinta-feira | 14:00 às 17:00**

## **MÓDULO V | COMPETÊNCIAS DO PODER EXECUTIVO NA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR**

- Organização institucional da revisão do Plano Diretor
- Criação de equipe técnica multidisciplinar
- Planejamento e cronograma da atualização
- Elaboração de diagnóstico técnico e territorial
- Consolidação de estudos, relatórios e propostas
- Contratação de empresa especializada
- Aplicação da Lei nº 14.133/2021 na contratação de serviços técnicos
- Elaboração do termo de referência
- Supervisão e validação técnica dos produtos entregues
- Integração entre planejamento urbano e desenvolvimento econômico
- Aplicação da Lei nº 13.874/2019 no ordenamento territorial
- Responsabilidade do gestor na condução do processo

**GESTÃO PÚBLICA BRASIL**

 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR  
 [gestaopublicabrasil.com.br](http://gestaopublicabrasil.com.br)

 (41) 9 9786-5376  
 [gestaopublicabrasilcursos@gmail.com](mailto:gestaopublicabrasilcursos@gmail.com)

**19/06/2026 - Sexta-feira | 08:00 às 10:30**

## **MÓDULO VI | IMPLEMENTAÇÃO, CONTROLE E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR**

- Implementação administrativa do Plano Diretor aprovado
- Integração com legislação urbanística municipal
- Aplicação prática da Lei de Uso e Ocupação do Solo
- Código de Obras e Código de Posturas
- Política habitacional, mobilidade urbana e sustentabilidade
- Governança urbana e planejamento integrado
- Monitoramento e revisão periódica do Plano Diretor
- Sistema de indicadores urbanos
- Fiscalização pelo Poder Executivo
- Controle institucional pelo Poder Legislativo
- Atuação dos órgãos de controle e responsabilização do gestor
- Consequências do descumprimento do Plano Diretor
- Impactos de plano diretor desatualizado no município
- Passo a passo para atualização sem falhas
- Estudo de práticas exitosas em municípios
- Análise prática do Plano Diretor do município dos participantes
- Cidades inteligentes e inovação no planejamento urbano

## Metodologia

A metodologia do curso é estruturada a partir de uma abordagem técnico-institucional, orientada pela integração entre aspectos constitucionais, legais, instrumentos de planejamento urbano e aplicação prática no contexto municipal. O desenvolvimento das atividades parte da compreensão sistemática do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo como eixos estruturantes da política urbana, articulando teoria normativa, análise territorial e atuação dos Poderes Executivo e Legislativo. A organização metodológica prioriza a construção progressiva do conhecimento, permitindo que os participantes compreendam não apenas o conteúdo legal, mas a lógica operacional de sua aplicação no município.

O percurso formativo inicia-se com a contextualização normativa e constitucional do planejamento urbano, com leitura técnica das principais legislações que regem o tema, com destaque para a Lei Federal nº 10.257/2001, a Lei Federal nº 6.766/1979 e a Lei Federal nº 13.465/2017, ainda que esta última seja tratada de forma contextual. A metodologia busca consolidar a compreensão dos dispositivos legais por meio de leitura orientada, interpretação sistemática e identificação de sua aplicabilidade no ordenamento urbano local, evitando abordagens meramente descritivas e promovendo uma leitura funcional das normas. Na sequência, a metodologia incorpora a análise técnica do território municipal como elemento indispensável à atualização do Plano Diretor.

São trabalhados instrumentos como planta geográfica, sistemas de georreferenciamento, setorização e zoneamento, permitindo que os participantes desenvolvam uma visão estruturada do espaço urbano. Essa etapa é conduzida com base em situações reais, enfatizando a necessidade de alinhamento entre dados territoriais, legislação urbanística e decisões administrativas, garantindo coerência entre diagnóstico e proposição normativa.

O desenvolvimento metodológico avança para a compreensão das etapas de elaboração e atualização do Plano Diretor no âmbito do Poder Executivo, destacando a organização institucional, a formação de equipes técnicas e a eventual contratação de apoio especializado. Nesse momento, são explorados aspectos relacionados à governança do processo, à produção de estudos técnicos e à consolidação de minutas legislativas, sempre com foco na responsabilidade do gestor público e na necessidade de controle técnico sobre todas as fases do trabalho.

Em paralelo, a metodologia dedica atenção específica à tramitação legislativa do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo, abordando o papel da Câmara Municipal de forma detalhada. São analisados os fluxos internos, a atuação das comissões permanentes, a realização de audiências públicas e os limites da atuação parlamentar na alteração do conteúdo técnico das propostas. A abordagem metodológica busca demonstrar como o processo legislativo deve ser conduzido com rigor procedimental e coerência normativa, evitando inconsistências que possam comprometer a validade da lei.

Outro eixo metodológico relevante consiste na integração entre planejamento urbano e desenvolvimento econômico, considerando a aplicação da Lei nº 13.874/2019 no contexto municipal. A proposta é examinar como o ordenamento territorial pode dialogar com a simplificação regulatória e com a organização das atividades econômicas, sem comprometer o equilíbrio urbano e a estrutura do planejamento. Essa análise é conduzida de forma técnica, com foco na compatibilização entre liberdade econômica e disciplina do uso do solo.

A metodologia também incorpora a análise de casos práticos relacionados à desatualização do Plano Diretor, permitindo identificar impactos diretos na organização territorial, na expansão urbana, na arrecadação municipal e na execução de políticas públicas. Os participantes são conduzidos a examinar situações concretas, identificando falhas estruturais, lacunas normativas e inconsistências entre legislação e realidade urbana, o que contribui para a construção de uma visão crítica orientada à solução técnica dos problemas.

Posto isso, o percurso metodológico culmina na aplicação prática dos conteúdos por meio da análise do Plano Diretor do próprio município dos participantes ou de casos similares, promovendo a consolidação do conhecimento adquirido. Essa etapa busca transformar o conteúdo teórico em instrumento de atuação institucional, permitindo a elaboração de diretrizes para atualização normativa, organização do processo legislativo e fortalecimento da governança urbana municipal, com base em critérios técnicos, constitucionais, legais e administrativos.

## Público-alvo

O curso é direcionado a Prefeitos, secretários municipais presidentes de câmaras, vereadores, diretores de câmaras, assessores parlamentares, coordenadores e gerentes de programas e projetos governamentais, servidores públicos das áreas de contratos e de projetos, gestor e fiscal de convênios, contadores, procuradores jurídicos, controladores internos, especialistas em recursos humanos, tecnologia da informação, técnicos legislativos, ouvidores, auxiliar administrativo, jornalistas, assessoria de imprensa, gestor de transparência, membros de comissões de licitação, pregoeiros, gestores de planejamento de compras, engenheiros, arquitetos, topógrafos entre outros cargos vinculados às estruturas organizacionais do Poder Executivo e Legislativo municipal.

# Palestrante

## Bárbara Dayana Brasil



Pós - Doutorado em Direitos Fundamentais e Democracia pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil). Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC/Portugal) com classificação "com distinção por unanimidade" e revalidação no Brasil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Especialização em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar (IDRFB). Autora das obras "Direitos Humanos e Investimento Estrangeiro: perspectivas para interação", publicada pela Editora Lumen Juris e "Parcerias Público-Privadas: desafios aos direitos fundamentais e democracia", publicada pela Editora Dialética. Co-organizadora da obra "Estado, Direito Administrativo e Concretização de Direitos Fundamentais", publicada pela Editora Íthala. Atuou como docente no âmbito da graduação nas disciplinas de Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Internacional Público, Direitos Humanos e Ciência Política. Atuou como docente no âmbito da pós-graduação lato sensu nas disciplinas de Compras Públicas de Inovação (PUC/PR) e Serviços Públicos, Atividade de Fomento e Parcerias Estatais (Escola Paranaense de Direito). Atuou como docente no âmbito da pós-graduação stricto sensu (mestrado) na disciplina de Tópicos Avançados de Direitos Fundamentais, Estado e Democracia: Privatização dos Direitos Fundamentais.

### GESTÃO PÚBLICA BRASIL

 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR  
 [gestaopublicabrasil.com.br](http://gestaopublicabrasil.com.br)

 (41) 9 9786-5376  
 [gestaopublicabrasilcursos@gmail.com](mailto:gestaopublicabrasilcursos@gmail.com)

Área de Concentração: Direitos Fundamentais e Democracia  
Linha de Pesquisa: Constituição e Condições Materiais da Democracia. Membro da Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI). Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA). Membro do Infra Women Brasil (IWB). Advogada. Palestrante. Consultora. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Municipal e Direito Internacional Público.

Currículo completo em:

<http://lattes.cnpq.br/5078600380894907>.

# Palestrante

## André Luiz de Oliveira



É escritor e autor com atuação técnica na área da Administração Pública e do Poder Legislativo, com livros reconhecidos e difundidos no cenário nacional e internacional. Entre seus principais livros publicados figuram-se:

**Livro:** Manual de Processo Legislativo da Câmara Municipal da Proposição ao Texto Legal: Instrumentos Técnicos e Procedimentos para Elaboração, Tramitação e Redação das Leis

**Livro:** Manual do Vereador Atuante: Planejamento Parlamentar para um Mandato Eficiente.

**Livro:** Administração Pública e Financiamento da Educação.

**Livro:** Poder Legislativo, Inovações e Conceitos para Ampliar a Eficiência da Câmara Municipal

**Livro:** Câmara Municipal Ações e Práticas Inovadoras para Vereadores, Servidores e Assessores

É Doutorando em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-PR. É Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-2018, graduado em Gestão Pública CRA-PR 03-01450, graduado em Ciências Políticas, graduado em Sociologia, graduado em Filosofia, pós graduado em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal, pós graduado em Administração Pública e Gerência de Cidades, pós graduado em Docência e Didática do Ensino Superior. Foi Vereador de 2017/2020, é autor de mais de trinta leis publicadas no legislativo municipal.

Currículo completo em:

<https://lattes.cnpq.br/6790541459817477>

### GESTÃO PÚBLICA BRASIL

 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR  
 [gestaopublicabrasil.com.br](http://gestaopublicabrasil.com.br)

 (41) 9 9786-5376  
 [gestaopublicabrasilcursos@gmail.com](mailto:gestaopublicabrasilcursos@gmail.com)

## Investimento

**R\$ 2.790,00**

## Local

### Hotel Granville

Rua Des. Clotário Portugal, 35 - Centro  
Curitiba - PR

### Incluso neste curso:

- Curso presencial, com carga horária de 20 horas
- Apostila
- Material prático impresso
- Kit aluno
- Coffee break
- Certificado

Obrigatório cadastro e registro biométrico facial para controle de frequência. Emissão de certificado com carga horária cursada conforme registro de presença por biometria facial.

O participante receberá uma consultoria online pós curso gratuitamente, via WhatsApp, e-mail ou telefone, durante 30 dias sobre o tema do curso.

## Sobre a Gestão Pública Brasil

Registrada no Conselho Federal e no Conselho Regional de Administração do Estado do Paraná sobre o número 03267/CRA-PR.

Notória Especialidade Técnica publicada no Diário Oficial da União. Seção 3 ISSN 1677-7069 N° 30, em 12/02/2025, PÁG.417. Código Localizador: 05302024021600159.

Certidão disponível em nosso site:

↓ <https://gestaopublicabrasil.com.br/certidoes/>

## Dados bancários

### Banco Sicoob

Agência: 4340

Conta corrente: 191053-1

### Chave pix: CNPJ

40.178.961/0001-05



# GESTÃO PÚBLICA BRASIL

---

## CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

Direitos autorais reservados à Gestão Pública Brasil LTDA

**Obra protegida pela Lei nº 9.610/1998**

**GESTÃO PÚBLICA BRASIL**

 Rua Francisco Rocha, 176 - Batel - Curitiba/PR  
 [gestaopublicabrasil.com.br](http://gestaopublicabrasil.com.br)

 (41) 9 9786-5376  
 [gestaopublicabrasilcursos@gmail.com](mailto:gestaopublicabrasilcursos@gmail.com)